



CONVÊNIO Nº 003/2014

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Inácio Martins, Estado do Paraná e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins.

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 332, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor **MARINO KUTIANSKI**, portador da Cédula de Identidade nº 5.764.808-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e devidamente inscrito no CPF sob nº 808.001.579-15, e a **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 02.711.722/0001-80, com sede na Rua Rui Barbosa, s/nº, Inácio Martins, Estado do Paraná, doravante denominada **CONVENENTE**, neste ato representada pela sua presidente, senhora **SUZETE MARIA BAITALA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.697.038-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, devidamente inscrita no CPF sob nº 631.834.989-87, celebram o presente **CONVÊNIO**, com fulcro no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Municipal nº 310/2003, de 05 de junho de 2003, de 27 de junho de 2011, Resolução 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que foi regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, do TCE/PR e demais normas que regulam a espécie, conforme às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto o repasse de Subvenção à **CONVENENTE**, objetivando a conjunção de esforços no que tange ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência, em consonância com a política de trabalho adotada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, conforme a descrição contida no seu Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

A **CONCEDENTE** repassará a **CONVENENTE** 11 (onze) parcelas mensais, no valor de R\$ 3.272,18 (três mil, duzentos e setenta e dois reais e dezoito centavos) cada, totalizando a importância de R\$ 35.993,98 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I – Compete à **CONCEDENTE**:

- a) Garantir e repassar mensalmente os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento do objeto do presente convênio, mediante a necessidade e comprovação desta, pela entidade **CONVENENTE**;
- b) Orientar, supervisionar e fiscalizar a execução deste convênio, no tocante à forma de aplicação dos recursos;
- c) Analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos transferidos por força deste convênio;
- d) Aprovar o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação de Recursos da **CONVENENTE**;
- e) Encaminhar a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas, no prazo legal.

II – Compete à **CONVENENTE**:

- a) Executar as ações necessárias à construção do objeto deste convênio, inclusive seleção e contratação de recursos humanos habilitados;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que a execução do objeto do presente convênio necessitar;
- c) Aplicar os recursos financeiros transferidos pela **CONCEDENTE**, conforme Plano de Aplicação aprovado pela mesma;
- d) Prestar contas à **CONCEDENTE**, na forma da legislação e normas aplicáveis, de todos os recursos transferidos;
- e) Manter arquivo individualizado de toda a documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Convênio, inclusive disponibilizá-la à **CONCEDENTE** e aos órgãos de fiscalização e controle, quando solicitado;
- f) Registrar em sua contabilidade analítica todos os atos e fatos administrativos de gestão de recursos alocados por força deste convênio;
- g) Abrir conta específica para receber o repasse de recursos do convênio, em agência bancária determinada pela **CONCEDENTE**;

§ 1º - A prestação de contas a que se refere a alínea "e" supramencionada deverão ser emitidos em nome da **CONVENENTE**, citando o número do Convênio, ficando a disposição dos órgão de controle, coordenação e supervisão em especial da **CONCEDENTE**, por um prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de aprovação da prestação de contas;



§ 2º - A prestação de contas que se refere a alínea "d" deverá ser apresentada bimestralmente pelo Sistema Integrado de Transferência, e deverá ser encaminhada ao **CONCEDENTE** os seguintes documentos:

- a) Relatório de cumprimento de objetivos;
- b) Demonstrativos da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos;
- c) Relação dos pagamentos efetuados;
- d) Cópia dos comprovantes de pagamentos;
- e) Cópia dos extratos bancários.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

Os dispêndios decorrentes da execução deste convênio correrão à conta do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no elemento de despesa 08.242.0801.2031 3.1.50.43.00.00 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O objeto deste Convênio entrará em vigor a contar de sua assinatura e término em 15 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE DOS RECURSOS E DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

- a) O repasse dos recursos dar-se-á em parcelas mensais, até o 10º (décimo) dia após a data do protocolo do requerimento, na Prefeitura Municipal, por parte da **CONVENENTE**.
- b) A liberação das parcelas fica igualmente condicionada à apresentação pela **CONVENENTE** das certidões de regularidade fiscal junto ao INSS, comprovação do recolhimento do FGTS e apresentação da folha de pagamento relativa aos funcionários envolvidos no objeto deste convênio, bem como atualização de demais certidões de regularidade fiscal junta a Receita Federal, Estadual e com os Tributos Municipais;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A **CONCEDENTE** exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução/prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de orientar ações e de acatar ou não justificativa com relação as eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle externo e interno.

Sub



§ 1º - Fica nomeada a UGT para realizar a fiscalização do presente convênio por parte da **CONCEDENTE**.

§ 2º - A **CONVENENTE** franqueará livre acesso aos servidores do sistema de controle interno e externo a qualquer tempo, de todos os atos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este convênio, quando em caráter de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO

A **CONVENENTE** compromete-se a restituir os valores que lhe forem transferidos pela **CONCEDENTE**, quando não forem cumpridas as cláusulas estipuladas neste instrumento.

Parágrafo Único – Havendo saldo ao final da vigência do exercício financeiro, este será restituído a **CONCEDENTE**, através de depósito identificado em conta corrente juntamente com a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DO VÍNCULO PESSOAL

Os funcionários admitidos pela **CONVENENTE** não terão, em hipótese alguma, qualquer vinculação empregatícia ou de qualquer natureza com a **CONCEDENTE**, correndo inclusive por conta e risco da **CONVENENTE** toda e qualquer questão judicial ou extrajudicial, ficando neste momento eximido a **CONCEDENTE** pela **CONVENENTE**, de qualquer solidariedade ou subsidiariedade que possa vir a ser alegada por seus funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA

Este convênio poderá ser denunciado pela **CONCEDENTE**, a qualquer tempo e especialmente quando da constatação das seguintes situações:

- a) Não for executado o objeto deste convênio;
- b) Falta de apresentação de contas no prazo estipulado;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste instrumento;
- d) Não for apresentado no prazo estipulado a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser rescindido, a qualquer tempo, sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas ou pela superveniência de norma legal que torne formal u materialmente inexequível o referido objeto, podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIZAÇÃO

A ausência da Prestação de Contas no prazo e forma estabelecidos, ou a prática de irregularidade na aplicação dos recursos, sujeita a **CONVENENTE** ao ressarcimento dos valores à **CONCEDENTE**, sem prejuízo das demais responsabilizações penal, civil e administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** encaminhará extrato deste Convênio para publicação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Irati, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas com fundamento no presente convênio.


E por estarem, justos e acordados, os partícipes firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pela partes e por duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.


Inácio Martins, Estado do Paraná, 14 de fevereiro de 2014.


MARINO KUTIANSKI
Prefeito Municipal


SUZETE MARIA BAITALA
Presidente da APAE

Testemunhas:

1. 
Nome: URS AP. BONGAUES
CPF: 038.653.677-86

2. 
Nome: TATYELLI S. PACHECO
CPF: 087.928309-26